

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 130/131 CURITIBA, TERÇA/SEGUNDA-FEIRA, EM 22/28 DE OUTUBRO DE 2002 ANO XXVIII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Ademar Luiz Traiano*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Luciana Rafagnin*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Marcos Isfer*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**  
**14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 084ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM**  
**22 DE OUTUBRO DE 2002**  
*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Algaci Tulio e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Elio Rusch; PSDB: Algaci Tulio; PT: Hermes Fonseca; PL: Pastor Edson Praczyk; PDT: Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho e Marcos Isfer (08). Achando-se em licença os senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Fernandes da Silva Litro (02).

O senhor presidente Elio Rusch informa que, conforme o artigo 88 do Regimento Interno, deixa de abrir a Sessão por absoluta falta de quórum.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 117/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129, 290, 334, 500, 542, 605, 606, 612, 617 e 638/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 328, 546, 596, 597, 598, 599, 600, 603, 623, 633, 645 e 646/2002.

Levanta-se a Sessão.

**Ato da Diretoria Geral:**

PORTARIA Nº 30/2002 - DAT

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no artigo 13 da Lei nº 13.386 de 21 de dezembro de 2001.

**R E S O L V E :**

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13.386 de 21 de dezembro de 2001 nas rubricas abaixo:

**REDUÇÃO DE DESPESA:**

<b>Código</b>	<b>P/A</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor</b>
31901600	2000	000	2.000.000,00
33904300	2000	000	5.000.000,00
44905200	2000	000	<u>2.000.000,00</u>
			9.000.000,00

**ACRÉSCIMO DE DESPESA:**

<b>Código</b>	<b>P/A</b>	<b>Fonte</b>	<b>Valor</b>
31900300	9000	000	1.000.000,00
31901100	2000	000	6.000.000,00
31901300	2000	000	1.000.000,00
33903900	2000	000	<u>1.000.000,00</u>
			9.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 18.10.2002.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

Visto:

(a) VALDIR ROSSONI  
Primeiro Secretário

**Atas de Comissões:**

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**  
**14ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**9ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões, a Comissão de Saúde Pública presidida pelo senhor deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes deputados: Antonio Carlos Belinati, Fernando Ribas Carli, Renato Gaúcho, Cleiton Kielse e Waldyr Pugliesi. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 667/2001, de autoria do deputado Durval Amaral. Com parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 362/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Com parecer FAVORÁVEL do deputado Hermes Fonseca. APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 532/2002, de autoria do deputado Ricardo Chab. Com parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati. APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 642/2001 de autoria do deputado Ricardo Maia. Com parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi. APROVADO. 05) Projeto de Lei nº

604/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi. Com parecer FAVORÁVEL do deputado Renato Gaúcho. APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 269/2000 de autoria do deputado Edson Praczyk, Com parecer FAVORÁVEL do deputado Waldyr Pugliesi. APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 664/2001 de autoria do deputado Algaci Tulio. Com parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Osmar Prestes, secretário desta comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
Osmar Prestes - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
14ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Plauto Miró Guimarães, Antonio Carlos Belinati, Sérgio Spada e Serafina Carrilho. Havendo número legal o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição Veto nº 93/2002, de autoria do Poder Executivo, veta parcialmente o Projeto de Lei nº 340.2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 02) Proposição Veto nº 77/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 348/2001 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 03) Proposição Veto nº 79/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 63/2001 de autoria dos senhores deputados Antonio Carlos Baratter e Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 04) Proposição Veto nº 80/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 396/2001 de autoria do senhor deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 05) Proposição Veto nº 81/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 106/99 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 06) Proposição Veto nº 82/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 554/2001 de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto

Miró Guimarães - APROVADO. 07) Proposição Veto nº 83/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 128/2001 de autoria do senhor deputado Eli Ghelhere. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 08) Proposição Veto nº 84/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 251/2000 de autoria do senhor deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 09) Proposição Veto nº 87/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 566/2001 de autoria do senhor deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 10) Proposição Veto nº 88/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 024/2001 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 11) Proposição Veto nº 112/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 604/2001 de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 12) Proposição Veto nº 113/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 269/2000 de autoria do senhor deputado Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 13) Proposição Veto nº 119/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 400/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 602/2002 de autoria do senhor deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO. 15) Proposição Veto nº 89/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 428/2000 de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do encaminhamento à Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 16) Proposição Veto nº 114/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 006/2002 de autoria do senhor deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 17) Proposição Veto nº 115/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 371/99 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 18) Proposição Veto nº 116/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 658/2001 de autoria do senhor deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 19) Proposição Veto nº 117/2002, de autoria do Poder Executivo, veta parcialmente o Projeto de

Lei nº 30/2002 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 20) Proposição Veto nº 107/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 513/2001 de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 21) Proposição Veto nº 106/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 512/2001 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 22) Proposição Veto nº 105/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 642/2001 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 23) Proposição Veto nº 104/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 271/2001 de autoria do senhor deputado Tiago Amorim. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 24) Proposição Veto nº 102/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 663/2001 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 25) Proposição Veto nº 086/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 293/2000 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 26) Proposição Veto nº 101/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 021/20012 de autoria do senhor deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 27) Proposição Veto nº 100/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 401/2000 de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 28) Proposição Veto nº 99/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 468/2001 de autoria do senhor deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 29) Proposição Veto nº 98/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 397/2001 de autoria do senhor deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 30) Proposição Veto nº 97/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 287/99 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO. 31) Projeto de Lei nº 405/2002 de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado

Orlando Pessuti. APROVADO. 32) Projeto de Lei nº 412/2002, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati. O senhor deputado Orlando Pessuti, relator da matéria, SOLICITA DILIGÊNCIAS junto à Secretaria de Estado da Educação. DEFERIDO. 33) Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2002, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Duílio Genari. 34) Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2002, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Duílio Genari. 35) Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2002, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni. CONCEDIDO VISTAS ao senhor deputado Duílio Genari. 36) Proposição Veto nº 96/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 113/99 de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO. 37) Proposição Veto nº 95/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 164/2001 de autoria do senhor deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO. 38) Proposição Veto nº 94/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 506/99 de autoria do senhor deputado Tony Garcia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO. 39) Proposição Veto nº 92/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 532/2001 de autoria do senhor deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO. 40) Proposição Veto nº 91/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 701/2001 de autoria do senhor deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO. 41) Proposição Veto nº 90/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 370/2000 de autoria do senhor deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO. 42) Proposição Veto nº 111/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 216/2002 de autoria do senhor deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO. 43) Proposição Veto nº 110/2002, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 159/2002 de autoria do senhor deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do senhor deputado Sérgio Spada - APROVADO. 44) Projeto de Lei nº 556/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari. APROVADO. 45) Projeto de Lei nº 564/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO. 46) Projeto de Lei nº 589/2002 de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do senhor

deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO. 47) Projeto de Lei nº 590/2002 de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO. 48) Projeto de Lei nº 591/2002 de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
14ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA  
TERMO DE ATA

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos deputados Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Hermes Fonseca e Marcos Isfer. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

### Termo de Reassunção:

TERMO DE REASSUNÇÃO DO CARGO DE  
PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ PELO  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO  
HERMAS EURÍDES BRANDÃO

Aos 26 dias do mês de outubro do ano de dois mil e dois, o Excelentíssimo Senhor deputado Hermas Brandão reassumiu, na forma regimental, o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o qual estava sendo exercido pelo deputado Elio Lino Rusch, 1º vice-presidente.

Eu, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo, que após lido, vai devidamente assinado pelos Excelen-

tíssimos Senhores deputados Hermas Eurídes Brandão e Elio Lino Rusch.

Curitiba, em 26 de outubro de 2002  
(aa) Hermas Eurídes Brandão  
Elio Lino Rusch

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 084ª-A SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
28 DE OUTUBRO DE 2002

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Carlos Belinati.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Milton Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (53). Achando-se em licença o senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 047/2002

Curitiba, 23 de Outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 77, da Constituição Estadual e considerando que o Supremo Tribunal Federal entendeu que cabe ao Governador do Estado a escolha de três Conselheiros (ADI nº 2208-3, Tribunal Pleno, Relator Ministro Néri da Silveira; e ADI nº 2843, Tribunal Pleno, Relator Ministro Sydney Sanches; considerando que o Superior Tribunal de Justiça entendeu que a vaga de Conselheiro que hoje está aberta deve ser preenchida através de lista tríplice ou dentre os membros do Ministério Público ou dos auditores mediante escolha do Governador do Estado (Recurso Ordinário em MS nº 14824/PR, 2ª Turma, Relatora Ministra Laurita Vaz), escolhi e submeto à aprovação dessa augusta Assembléia Legislativa, o nome do Procurador Fernando Augusto Mello Guimarães, a fim de ser nomeado para o mencionado cargo de Conselheiro.

Para os devidos fins, seguem, em anexo, cópias da Resolução nº 8147/2002, do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, do Ofício nº 1000/2002, de sua presidência, assim como da ficha funcional do Procurador escolhido.

Certo de que esse egrégio Poder Legislativo do Estado do Paraná aprovará a presente indicação, apresento a V. Exa. e aos demais senhores deputados, meus protestos de estima e consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**

Resolução: 8147/2002

Protocolo nº 452690/2002

Origem: Governo do Estado do Paraná

Interessado: Governo do Estado do Paraná

Assunto: Requerimento

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, por unanimidade

**R E S O L V E :**

Aprovar o encaminhamento da lista tríplice ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com os nomes dos Procuradores por antigüidade, como segue:

1. Laerzio Chiesorin Júnior

2. Elizeu de Moraes Corrêa

3. Fernando Augusto Mello Guimarães

Participaram da Sessão os Conselheiros Nestor Baptista, Quiêlse Crisóstomo da Silva, Artagão de Mattos Leão, Henrique Naigeboren e Heinz Georg Herwig.

Presente o Procurador do Estado junto a este Tribunal Gabriel Guy Leger.

Sala das Sessões, em 22.10.2002

(a) RAFAEL IATAURO  
Presidente

OFÍCIO Nº 1000/2002

Curitiba, 22 de outubro de 2002.

Senhor Governador:

Em face do contido no Of.Gov.122/2002, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. a deliberação do douto Plenário, deste Tribunal, materializada na Resolução nº 8.147/2002, que relaciona, por antigüidade, através de lista tríplice, o nome dos procuradores, para preenchimento da vaga de Conselheiro.

Reitero a V. Exa. a segurança do meu respeito.  
Cordialmente.

(a) RAFAEL IATAURO  
Presidente

Exmo.Sr.

JAIME LERNER

Governador do Estado do Paraná

N/Capital

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Diretoria de Recursos Humanos

Ficha Funcional

Matricula: 50621-4

Lotação: GPE

Cargo Efetivo: Procurador

Data posse: 14.06.94

Nome: FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES

Filiação: Fernando Macedo Guimarães e Yedda M. de Souza Mello Guimarães

Nascimento: 27.11.57

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Curitiba-PR

Estado Civil: Casado

Cônjuge: Liliane Chaves Naday,

CPF Cônjuge: 402.179.069-15

Nascimento Cônjuge: 10.03.1960

Logradouro Rua João de Matos Guedes, nº 99, Ahú, Curitiba - PR 82200-370, fones 352-1004 - 3520870.

CPF: 317.173.149-53; RG: 1.102.751 Órg. Exp. SSP/PR; Título Eleitor: 22682606/47 Zona 1 Seção 360; Órgão Classe OAB: Nº 9862; RH / Fator A+.

**DEPENDENTES**

Filiação - Mãe	Nasc.	Sexo	Parent.	Capacidade
LILIANE CHAVES NADAY	10.03.60	FEM.	CÔNJUGE	CAPAZ
MARIANA COSTA GUIMARÃES/CARMEN LUCIA T.D.COSTA	21.10.81	FEM.	FILHO(A)	CAPAZ
JOÃO GUILHERME COSTA GUIMARÃES/CARMEN LUCIA T.D.COSTA	25.10.83	MAS.	FILHO(A)	CAPAZ
NOAH NADAY GUIMARÃES/LILIANE CHAVES NADAY	23.10.91	FEM.	FILHO(A)	CAPAZ
HAGAI EMANOEL NADAY GUIMARÃES/LILIANE CHAVES NADAY	07.10.93	MAS.	FILHO(A)	CAPAZ

**NOMEAÇÕES - CARGOS EFETIVOS**

Ato	Número	Data	Tipo Cargo Efetivo	Posse	Vacância	Tipo
Decreto	3647 DOE 0	14.06.1994	Nomeação Procurador	14.06.1994	//	*****

**NOMEAÇÕES - CARGOS COMISSIONADOS**

Ato Nomeação	Número	Data	Tipo	Nomeação	Vacância	Cargo Comissionado
Portaria	69	24.02.1993	Nomeação	24.12.1993	14.06.1994	Assessor Jurídico-DAS3
Decreto	3389	05.01.2001	Nomeação	11.01.2001	17.09.2001	Procurador Geral

**LOTAÇÕES**

Unidade	Início	Término	Ato	Número	Data
GCCMO	24.02.1993	13.06.1994	Ofício	44	03.03.1993
GPE	14.06.1994	//	Decreto	3647	14.06.1994

**AVERBAÇÕES TEMPO DE SERVIÇO**

Ato	Número	Data	Período	Tempo Total	Vigência	Tipo Contagem
Resolução	6125	16.07.02	01.08.75 a 14.12.1980	5 a 4 m 18 d	29.10.01	Aposentadoria Procedên- cia INSS
Resolução	7676	25.10.94	15.12.80 a 15.12.81	1 a 0 m 1 d	14.06.94	Aposentadoria/Adicio- nais Procedência OAB
Resolução	6125	16.07.02	16.12.81 a 12.01.82	0 a 0 m 28 d	29.10.01	Aposentadoria/Adicio- nais Procedência INSS
Resolução	7676	25.10.94	13.01.82 a 23.02.93	11 a 1 m 15 d	14.06.94	Aposentadoria/Adicio- nais Procedência OAB
Resolução	7676	25.10.94	24.02.93 a 13.06.94	1 a 3 m 20 d	14.06.94	Efetivo Legais Procedên- cia Cargo Comissão- TCPR

**AVERBAÇÕES - INSS - EMPRESAS**

<b>Período</b>	<b>Empresa</b>	<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Tempo</b>
01.08.1975-14.12.1980	Curitiba-Cartório da 10ª Vara Cível	Curitiba	PR	5a 4m 18d
16.12.1981-12.01.1982	Mineropar S/A	Curitiba	PR	0a 0m 28d

**LICENÇAS - AFASTAMENTOS**

<b>Ato</b>	<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Licença</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>	<b>Dias</b>	<b>Status</b>	<b>Completado</b>
Protocolo	368367	15.09.1998	Tratamento de Saúde	15.09.98	18.09.98	4	Gozada	//
						4		

**FÉRIAS**

<b>Exercício</b>	<b>Ato</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Status</b>	<b>Período</b>	<b>Dias</b>	<b>1/3</b>	<b>Pend</b>
1994	Protocolo	9745	10.03.94	Requerida	04.04.94 a 03.05.94	30	03/94	/ 0
1995	Resolução	7477	07.08.95	Requerida	11.09.95 a 10.10.95	30	08/95	/ 30
1995	Resolução	11123	12.12.95	Requerida	03.01.96 a 01.02.96	30	12/95	/ 0
1996	Resolução	5398	14.05.96	Requerida	15.05.96 a 13.06.96	30	05/96	/ 30
1996	Resolução	16699	17.12.96	Requerida	02.01.97 a 31.01.97	30	12/96	/ 0
1997	Resolução	4696	30.04.97	Requerida	02.05.97 a 31.05.97	30	04/97	/ 30
1997	Resolução	10724	04.09.97	Requerida	01.09.97 a 30.09.97	30	09/97	/ 0
1998	Resolução	16851	18.12.97	Requerida	15.01.98 a 13.02.98	30	12/97	/ 30
1998	Resolução	10629	16.07.98	Gozo Dias Pend.	15.07.98 a 13.08.98	30	/	07/98 0
1999	Resolução	147	19.01.99	Requerida	04.01.99 a 02.02.99	30	12/98	/ 30
1999	Resolução	4210	20.04.99	Gozo Dias Pend.	19.04.99 a 18.05.99	30	/	04/99 0
2000	Resolução	13571	02.12.99	Requerida	02.01.00 a 01.03.00	60	12/99	01/00 0
2001	Resolução	63	16.01.01	Requerida	02.01.01 a 02.03.01	60	12/00	/ 0
2001	Protocolo	6360	18.01.01	Interrompida	02.01.01 a 09.01.01	8	/	/ 52



**FÉRIAS**

2001	Protocolo	368610	05.09.01	Gozo Dias Pend.	05.09.01 a 11.09.01	7	/	/ 45
2001	Resolução	11124	02.10.01	Gozo Dias Pend.	17.09.01 a 19.09.01	3	/	/ 42
2001	Resolução	11124	02.10.01	Gozo Dias Pend.	24.09.01 a 04.11.01	42	09/01	/ 0

**ADICIONAIS**

Ato	Número	Data	Adicional	Percentual	Vigência	Completado
Resolução	7676	25.10.94	Quinquênio	5%	14.06.94	/
Resolução	7676	25.10.94	Quinquênio	10%	14.06.94	/
Resolução	2435	05.03.96	Quinquênio	15%	08.01.96	/
Ofício	3	03.01.01	Quinquênio	20%	06.01.01	06.01.01

**GRATIFICAÇÕES**

Ato	Número	Data	Gratificação	Percentual	Início	Término
Ofício	7	02.03.1993	Integral	100%	24.02.1993	14.06.1994
Lei	6174	24.02.1993	Encargos Especiais	100%	24.02.1993	14.06.1994

**CURRICULUM - DESIGNAÇÕES**

Ato	Número	Data	Designação	Local/Instituição
Portaria	129	03.04.1998	Auditoria	Banco Del Paraná S/A
Sob a sua presidência procederam auditoria especial e de amplo escopo (multidisciplinar), junto ao Banco Del Paraná S/A, conforme o Ítem I da Resolução nº 2.368/98, de 03 de março de 1998.				

**CURRICULUM - COMISSÕES**

Período	Comissão	Participação	Ato	Número	Data
28.01.2002 a	Concurso	Presidente	Portaria	23	28.01.2002
Compor Comissão de Concurso Público, para provimento do cargo de analista de sistemas, AS, nível E, referência 01					
18.04.2002 a	Concurso	Membro	Portaria	69	18.04.2002
Comissão de Concurso Público, visando o provimento dos cargos de auditor					
03.08.1994 a	Especial	Presidente	Portaria	333	03.08.1994
Comissão para providências do Parecer nº 20.239/94 da Procuradoria do Estado					
20.01.1997 a	Especial	Membro	Portaria	19	20.01.1997

**CURRICULUM - COMISSÕES**

Membro da Comissão Especial destinada a proceder os preparativos para a comemoração dos 50 anos do TC					
17.02.1999 a	Estudos	Presidente	Portaria	111	17.02.2000
Compor comissão que elaborará estudos em resposta à questão do Item II do Protocolo nº 355.788/98-TC					
19.05.2000 a 19.05.2002	Estudos	Presidente	Portaria	126	19.05.2000
Analisar a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e seus reflexos para o Estado e municípios, bem como, elaborar apostila visando a orientação dos jurisdicionados.					

**CURRICULUM - FORMAÇÃO**

Instrução	Área Curso	Curso/Instituição	Ano Conclusão	UF
Superior	Direito	Direito Faculdade de Direito de Curitiba - FDC	1980	PR
Especialização	Direito	II Curso de Especialização em Direito Público Instituto dos Advogados do Paraná	1981	PR
Especialização	Direito	I Curso de Especialização em Direito Público Instituto dos Advogados do Brasil/UFPR	1980	PR

**CURRICULUM - CURSOS**

Início	Término	Área Curso/Instituição	Categoria	Carga Horária	Local
27.08.1979	31.08.1979	Direito <b>1º Congresso Brasileiro de Direito Financeiro</b> Associação Brasileira de Direito Financeiro	Participante	0	Rio de Janeiro
19.05.1980	23.05.1980	Direito <b>III Encontro Argentino-Brasileiro de Direito Administrativo</b> Departamento de Direito Público da UFPR	Participante	12	Curitiba
01.03.1981	01.03.1981	Direito <b>1º Congresso Brasileiro de Direito Tributário</b> Instituto Brasileiro de Estudos Tributários/Instituto Internacional de Direito Público	Participante	0	São Paulo
25.05.1981	29.05.1981	Direito <b>Semana do Direito Administrativo</b> Instituto dos Advogados do Paraná	Participante	0	Curitiba
30.06.1981	03.07.1981	Economia <b>Economia Mineral - Estrutura Curricular em Módulos - Módulo 2 - Legislação Mineral</b> IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração	Participante	0	Belo Horizonte
22.03.1982	26.03.1982	Direito <b>1º Curso de Legislação Minerária no Paraná</b> Ministério das Minas e Energia/Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM e MINEROPAR	Participante	30	Curitiba

**CURRICULUM - CURSOS**

11.08.1982	13.08.1982	Administração Pública <b>Seminário sobre Licitações na Administração Direta e Indireta</b> Centro de Estudos sobre Licitações e Contratos S/C Ltda. - CELC	Participante	18	São Paulo
24.10.1983	28.10.1983	Direito <b>Direito Mineral Aplicado</b> APEM - Aperfeiçoamento e Treinamento de Pessoal do Setor Mineral	Participante	40	Curitiba
18.08.1996	22.08.1996	Meio Ambiente <b>Controle da Poluição na Mineração</b> Ministério das Minas e Energia	Participante	40	Criciúma
21.09.1993	24.09.1993	Administração Pública <b>XVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil</b> Tribunal de Contas do Estado do Maranhão	Participante	0	São Luís
18.08.1994	19.08.1994	Licitação <b>O que mudou na Lei de Licitações</b> Tribunal de Contas do Paraná	Participante	0	Curitiba
31.08.1994	03.09.1994	Direito <b>IV Congresso Internacional de Direito Administrativo</b> A Genesis Editora/IDAP-Instituto Paranaense de Direito Administrativo	Participante	0	Foz do Iguaçu
07.11.1994	08.11.1994	Administração Pública <b>Encontro Nacional de Administração Pública Municipal</b> Tribunal de Contas do Paraná	Participante	16	Curitiba
05.05.1995	05.05.1995	Auditoria <b>I Simpósio de Controle Comparado do Ciclo de Estudos - TEMA - Auditoria Governamental</b> Tribunal de Contas/Fundação Instituto Ruy Barbosa	Participante	0	Curitiba
11.08.1995	11.08.1995	Auditoria <b>I Encontro Internacional de Fiscalização do Mercosul</b> Tribunal de Contas do Estado do Paraná	Participante	0	Foz do Iguaçu
15.08.1995	16.08.1995	Auditoria <b>I Jornada de Auditoria Global para o Setor Público</b> Tribunal de Contas do Estado do Paraná	Participante	0	Curitiba
27.10.1995	27.10.1995	Administração Pública <b>18º Congresso de Tribunais do Brasil - Seabra Fagundes</b> Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais	Participante	0	Belo Horizonte
13.12.1995	13.12.1995	Direito <b>I Jornada de Direito Administrativo</b> Tribunal de Contas do Estado do Paraná	Participante	0	Curitiba
03.06.1996	04.06.1996	Auditoria <b>I Jornada de Auditoria Governamental</b> Tribunal de Contas do Paraná	Participante	0	Curitiba

**CURRICULUM - CURSOS**

04.06.1996	04.06.1996	Auditoria <b>I Jornada Bras. de Auditoria Governamental</b> Tribunal de Contas do Estado do Paraná	Participante	0	Curitiba
26.06.1996	18.10.1996	Administração Pública <b>2º Lugar no Concurso de Monografias - Valorização do Controle da Administração Pública</b> Associação dos Servidores do Tribunal de Contas - ASTC	Participante	0	Porto Alegre
22.08.1996	24.08.1996	Direito <b>Congresso Internacional de Direito / A Ordem Constitucional</b> IBED-Instituto Brasileiro de Direito Administrativo	Participante	24	Recife
08.09.1996	12.09.1996	Direito <b>X Congresso Bras. de Direito Administrativo</b> Instituto Bras. de Direito Administrativo	Participante	0	Curitiba
21.10.1997	24.10.1997	Administração Pública <b>XIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil</b> Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	participante	0	Rio de Janeiro
24.02.1999	26.02.1999	Administração Pública <b>4º Encontro Nacional e 2º Internacional do Ministério Público</b> Associação Nacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	Participante	0	Aracaju
12.10.1999	15.10.1999	Administração Pública <b>XX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil - Conferência Internacional</b> Tribunal de Contas e dos Municípios do Ceará	Participante	0	Fortaleza
13.03.2000	14.03.2000	Administração Pública <b>A Fiscalização do FUNDEF</b> Tribunal de Contas da União/Instituto Serzedello Corrêa	Participante	0	Brasília

<b>CURRICULUM - PUBLICAÇÕES</b>	
Data Publicação:	01/09/1993
Tipo Publicação:	Outros
Área:	Administração Pública
Título:	Tribunal de Contas: O Controle do Governo Democrático
Nome:	Concurso Nacional de Monografia - Prêmio Moysés Lupion
Co-autores:	
Data Publicação:	24/09/1993
Tipo Publicação:	Tese
Área:	Direito
Título:	Inconstitucionalidade das Leis e Atos Normativos

<b>CURRICULUM - PUBLICAÇÕES</b>	
Nome:	Apresentada no XVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil
Co-autores:	
Data Publicação:	24/09/1993
Tipo Publicação:	Tese
Área:	Direito
Título:	A Inconstitucionalidade das Leis e Atos Normativos
Nome:	XVII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil
Co-autores:	
Data Publicação:	01/10/1995
Tipo Publicação:	Tese
Área:	Administração Pública
Título:	O Ministério Público Especial e seus Princípios Fundamentais
Nome:	XVIII Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil / Minas Gerais
Co-autores:	
Data Publicação:	01/07/1996
Tipo Publicação:	Outros
Área:	Administração Pública
Título:	Rui - Uma Visão do Controle do Dinheiro Público - Uma Análise Contemporânea
Nome:	XIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo
Co-autores:	
Data Publicação:	01/07/1996
Tipo Publicação:	Outros
Área:	Administração Pública
Título:	Legitimidade e Controle do Ato Administrativo: Uma Análise Evolutiva
Nome:	Genesis Editora e Instituto Brasileiro de Direito Administrativo
Co-autores:	
Data Publicação:	26/10/1996
Tipo Publicação:	Outros
Área:	Administração Pública
Título:	Valorização do Controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas: Uma Visão Tri-dimensional
Nome:	Concurso Nacional de Monografias - Prêmio General José Antonio F. da Cunha
Co-autores:	
Data Publicação:	01/09/1997

<b>CURRICULUM - PUBLICAÇÕES</b>	
Tipo Publicação:	Tese
Área:	Administração Pública
Título:	Controle da Administração Pública pelos Tribunais de Contas: Legitimidade e Valores do Ordenamento Jurídico e Propostas de Extinção dos TCs
Nome:	XIX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil / Rio de Janeiro
Co-autores:	
Data Publicação:	01/09/1999
Tipo Publicação:	Outros
Área:	Administração
Título:	Ética e Moralidade na Administração Pública, Princípios e Valorização Técnica
Nome:	IX Assembléia da OLACEFS
Co-autores:	
Data Publicação:	15/10/1999
Tipo Publicação:	Tese
Área:	Administração Pública
Título:	Ética, Moralidade e Participação Popular no Controle da Administração Pública
Nome:	XX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil
Co-autores:	

**CURRICULUM - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Área	Especialização	Empresa	Início	Término
Serviços Públicos	Estadual	Associação Nacional do Ministério Público - Diretor Adjunto	01/1996	12/1998
Serviços Públicos	Estadual	Associação Nacional do Ministério Público - Diretor Adjunto	01/1999	12/2000

**ANOTAÇÕES DIVERSAS**

Ato	Número	Data	Tipo Anotação
Resolução	5230	30/06/1994	Anotação
Vencimentos compat. Minist. Públ. Ordinário			
Ata	43	05/06/1997	Voto de Louvor
Trabalhos realizados no Cinquentenário/TC			
Ofício	76	15/12/2000	Voto de Louvor

**ANOTAÇÕES DIVERSAS**

<b>Ato</b>	<b>Número</b>	<b>Data</b>	<b>Tipo Anotação</b>
Pelo trabalho e dedicação para o sucesso dos eventos deste Tribunal, junto aos agentes públicos municipais.			

**CONTAGEM DE TEMPO**

Funcionário:	50621-4 Fernando Augusto Mello Guimarães	Ativo	Efetivo
Data Posse:	14/06/1994		
Cargo Efetivo:	Procurador		
Cargo Comissionado		Data Referência: 18/10/2002	
A - PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS			
1 - Tempo TC			08a04m09d
4 - Averbação Tempo de Serviço			01a03m20d
		Total	09a07m29d
B - PARA EFEITO DE APOSENTADORIA			
1 - Averbação Tempo de Serviço			
Aposentadoria			05a04m18d
Aposentadoria / Adicionais			12a02m14d
		Sub-Total	17a07m02d
		Total Geral	27a02m26d

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Funcionário:	50621-4 Fernando Augusto Mello Guimarães	Ativo	Efetivo
Data Posse:	14/06/1994		
Cargo Efetivo:	Procurador		
Cargo Comissionado		Data Referência: 18/10/2002	
B - GRATIFICAÇÕES			
Encargos Especiais			01a03m21d
Integral			01a03m21d
C - LICENÇAS E AFASTAMENTOS			
Tratamento de Saúde			00a00m04d

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 2342  
 Senhor Presidente:  
 O deputado que se subscreve, no uso de suas atri-

buições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o regime de urgência ao Projeto de Lei nº 585/2002, em que denomina Rodovia Palma Cano a estrada que liga o município de Alvorada do Sul ao município de Bela Vista do Paraíso.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente a esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### REQUERIMENTO Nº 2349

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº2338

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Casa, que sejam solicitadas ao senhor secretário de Estado dos Transportes, Dr. Wilson Justus Soares, providências urgentes para instalação de placas de sinalização, redutores de velocidade e construção de acostamento, na entrada da Vila Rural localizada na PR-160, no trecho entre Leópolis e Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) Hermes Fonseca

JUSTIFICATIVA:

Desde a instalação da Vila Rural às margens da PR-160 ocorreram inúmeros acidentes com mortes no referido trecho.

Diversas solicitações semelhantes a esta já foram feitas às autoridades estaduais e ao prefeito do município de Leópolis (onde se localiza a Vila Rural), sem êxito.

Diante da gravidade da situação e em virtude da repetição de acidentes, renovamos agora o pedido em caráter de urgência.

#### REQUERIMENTO Nº 2355

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Jardim Botânico, mais especificamente na Rua José Ananias Mauad, proximidades do nº 200.

O pedido está sendo feito pelos moradores do Edifício Delta do conjunto Cruzeiro do Sul, em decorrência da ação constante de marginais e assaltantes que agem livremente no local.

Não há segurança em nenhum horário, sendo que os assaltos e agressões acontecem tanto a noite quanto durante o dia. Vários veículos são depredados e roubados, bem como pessoas que saem pela manhã em direção

ao trabalho e escola são abordadas e cruelmente agredidas com coronhadas, tapas e pontapés.

Tal pedido de policiamento ostensivo nas proximidades do prédio onde residem, já foi feito pessoalmente pelos moradores junto ao Batalhão dessa Polícia Militar, porém, até a presente data não atendido. Face a situação crítica de falta de segurança no local, solicitamos urgência no atendimento do presente.

A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos marginais e assaltantes, deixando toda a população mais tranqüila.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2357

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, no sentido de atender o pedido feito através do Ofício nº 468/2002 (anexo) da Câmara Municipal de Antonina referente a extensão de rede elétrica à rua dos Pescadores - bairro Itapema de Baixo, naquele município.

Anexo, segue também uma cópia do abaixo-assinado dos moradores reivindicando tal benefício. Pedimos especial atenção à presente solicitação, bem como o atendimento com a maior brevidade possível, tendo em vista que toda a comunidade será beneficiada.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2339

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à mesa diretora, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Augusto Raimundo, ocorrido no dia 16 de outubro do corrente ano, na cidade de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O pranteado é um dos mais conhecidos dentre os pioneiros isabelenses, tendo chegado naquele município em meados da década de cinquenta.

Foi um dos seus primeiros comerciantes estabelecendo-se inicialmente com o ramo de benefício de cereais, trabalhando posteriormente com comércio de secos e molhados e finalmente dedicando-se às atividades de panificação.

Mercê da sua simpatia e seriedade no trato dos negócios, era muitíssimo benquisto por toda a comunidade.

O registro do seu passamento nos anais desta Assembléia, é a homenagem que este Poder presta a



quem contribuiu para o desenvolvimento do município de Santa Isabel do Ivaí e conseqüentemente do nosso Estado.

Que, da decisão se dê ciência à família enlutada, enviado-se ofício ao vereador Beto Campos, da Câmara Municipal de Santa Isabel do Ivaí.

#### REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio e votos de pesar à família enlutada do Dr. Nagib Chede Abrahão, falecido em data de 25 de outubro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu na madrugada do dia 25 de outubro último, aos 91 anos o Dr. Nagib Chede Abrahão. Nascido em Palmeira em 1911, o Dr. Nagib Chede foi um dos pioneiros da televisão no nosso Estado.

Formado em direito pela UFPR, foi auditor do Tribunal de Contas do Estado. Em 1948 fundou a Sociedade Rádio Emissora Paranaense que 12 anos depois deu origem à TV Paranaense- Canal 12, em Curitiba e que foi a primeira emissora de televisão do Sul do país.

Nagib Chede era um idealista e muito lutou pelas causas do nosso Paraná, haja vista sua grande idéia de montar a televisão no Estado e todas as ações que se sucederam para que ele alcançasse este objetivo. A emissora, no início começou funcionando em um apartamento improvisado no último andar do Edifício Tijucas no centro de Curitiba, e mais tarde instalou-se na Rua Emiliano Pernet. Nagib Chede, um visionário, foi o responsável pela criação da primeira unidade móvel de reportagem, improvisada em um furgão que foi adaptado para receber um transmissor externo, tecnologia que à época só era encontrada em São Paulo.

Mas Nagib Chede não foi mais um de brilhantes idéias e grandes idéias - foi uma grande referência para o nosso Estado. De coração muito generoso, engajou-se em diversas causas de benemerência. Homem respeitado e admirado por muitos, conquistou inúmeros amigos e seguidores, aos quais inspirou e que hoje sentem-se possuidores de uma lacuna impossível de ser preenchida.

O Paraná perde um de seus maiores filhos, um expoente da nossa sociedade. À sua família enlutada (Av. Visconde de Guarapuava, 5015 - Curitiba-PR), os votos de pesar o Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2358

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal

Mário Bressan e Ana Gerun Bressam, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos a família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2359

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Celso Mouro e Soeli Terezinha Mouro, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos a família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2360

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Roberto Moreira da Rocha e Brasilícia Godoy da Rocha, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos a família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Cada de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2340

Senhor Presidente.

O deputado Luiz Accorsi, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia, de voto de louvor endereçado ao empresário senhor Joanir Zonta, proprietário da rede Condor de Supermercados, em virtude da iniciativa da veiculação de panfletos e cadernos publicitários exibindo belíssimos cromos retratando famílias de idosos e negros.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

Enquanto sistematicamente o material publicitário da maioria das empresas exibem fotos e imagens quase que exclusivamente de modelos de cor branca, a Rede Condor de Supermercados, comandada pelo dinâmico empresário Joanir Zonta, mostrou elevado espírito democrático, de respeito e de consideração com a raça negra e com os nossos idosos, determinando a distribuição de panfletos e cadernos de ofertas, encapados com fotografias de gente de cor e de terceira idade.

O subscritor do presente requerimento, ouviu de diversos clientes Condor, referência das mais elogiosas à campanha publicitária, motivo da elaboração dessa proposta.

#### REQUERIMENTO Nº 2356

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, votos de Louvor, Congratulações e muito Aplausos à “Federação Espírita do Paraná”, pelos 100 anos de atividades. Sua fundação ocorreu em 24 de agosto de 1902, com a reunião de um grupo de espíritas sede da revista “A Doutrina”. Anteriormente a esta data inúmeros grupos espíritas já encontravam-se funcionando não só em Curitiba, mas em algumas cidades do interior, como Paranaguá, Antonina, Campo Largo e Castro. Também já estavam sendo editadas duas revistas espíritas, “A Luz” e “A Doutrina”. A primeira, publicada desde 1890, sob a responsabilidade de Manoel José da Costa e Cunha, considerado o pioneiro do Espiritismo no Paraná.

Foram seus fundadores: Domingos Duarte Velloso, Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior, Augusto Correia Pinto, Benedito Vianna, Alfredo Alves da Silva, Jesuíno da Silva Pereira Ribas, Sebastião Paraná, João Urbano Assis Rocha, João Pedro Schelder, Manoel Pacheco de Carvalho, José Lopes Netto, Theodorico Lassala Freire, João Álvaro Aguiar, Antonio Guiss e Félix Fernandes Alves. A primeira Diretoria foi assim composta: João urbano de Assis Rocha - Presidente, Teodorico Lassala Freire - Vice-Presidente; Vicente Montepoliciano do Nascimento Júnior - 1º Secretário; Antonio Guiss - 2º Secretário; Manoel Pacheco de Carvalho - Tesoureiro e Félix Fernandes Alves - Procurador. Ao longo destes 100 anos, além de atividades de coordenação do movimento Espírita no Paraná, foram desenvolvidos muitos empreendimentos na área social e educacional.

Nos primeiros anos houve a preocupação da construção de um “Albergue Noturno” para atender às pessoas carentes e em trânsito por Curitiba, obra esta inaugurada em abril de 1915 e ocupando, na época, o andar térreo da sua sede sita à Rua Saldanha Marinho nº 586, nesta Capital, a qual está em fase final de restauração por ter sido considerada de valor histórico pelo município. Em 1948 o Albergue foi transferido para sua sede na Alameda Cabral, onde funcionou até 1980, quando foi transferido para a atual localização no bairro Jardim Botânico. A construção de Hospital Psiquiátrico também fazia parte das preocupações das primeiras diretorias da Federação, obra que foi concretizada em 1946 com a inauguração do “Sanatório Bom Retiro”, hoje com o nome de “Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro”.

A denominação “Bom Retiro” foi dada pelo então presidente da Federação em 1928 - Arthur Lins de Vasconcelos Lopes, e que deu origem ao nome do bairro onde está situado. Outras obras de cunho social foram sendo implantando ao longo do tempo, como as creches “Dr. Adolpho Bezerra de Menezes”, sita à Alameda Cabral, “Josefina Rocha” à Rua México, “Bacacheri e Mariinha”, no município de Campo Largo. Funcionaram, ainda, por mais quarenta anos, o “Lar Infantil Icléia”, no Bairro Bom Retiro e o “Lar Hercília de Vasconcelos”, no município de Paranaguá. A “Escola Profissional Maria Ruth Junqueira”, destinada a atender pessoas carentes, funciona desde a década de 1950, proporcionando cursos profissionalizantes de curta duração, atendendo atualmente 800 pessoas anualmente. Durante 35 anos a Federação manteve também o “Colégio Lins de Vasconcelos”, muito conhecido pela sua “Cidade Mirim”, dirigida pelo alunos. Recém nascidos e familiares de pessoas tuberculosas também têm atendimento especial pela Federação.

Na sua atividade de coordenação do movimento espírita do Estado a Federação conta com 17 União Regionais Espíritas com sedes nas principais cidades pólo e dirigidas por espíritas eleitos pelos presidentes das Sociedade Espírita de cada região. É importante realçar que, nas atividades espíritas de qualquer natureza não

existe a profissionalização dos dirigentes, todos são voluntários e exercem suas atividades no Movimento Espírita gratuitamente. Exerceram a presidência da Federação: João Urbano de Assis Rocha, Sebastião Paraná, João Pedro Schelder, José Lopes Neto, Vicente Nascimento Júnior, José Nogueira dos Santos, Arthur Lins de Vasconcellos Lopes, Flávio Ferreira da Luz, Olympio Alves Lisboa, Marcolino Monteiro, João Ghignone, Abibe Isfer, Honório Melo, Napoleão de Araújo, João de Mattos Lima, Walter do Amaral e Maurício Roberto Silva. A vice-presidência foi exercida por: Domingos Duarte Veloso, Jesuino da Silva Ribas, Nicolau José Pichet, Domingos Greca, Antonio Duarte Veloso, José Leprevost, Antonio Viegas da Silva, Esmeraldo Blasi, João Pina, Primo Crolante, Pedro Augusto Pereyron, Clotário Cruz, Humberto Loyola, Carlos de Ferrante, Genaro de Menezes Povia, Lauro Schleder, Carlos Ciola Gambus, Issam Farhat, Neuton de Meira Albach, José Virgílio Góes, Guaracy Paraná Vieira, Nélio Aguirre de Castro, Maria Helena Marcon e Francisco Ferraz Batista.

Na impossibilidade de mencionar todas as pessoas que prestaram trabalho em prol de tão nobre atividade, destacaram-se alguns que já se encontram no plano espiritual; Alcebíades Cezar Plaisant, Antonio Vieira Neves, Luiz Parigot de Souza, Sebastião Barbosa Gondin, João Eugênio Justen, Ernesto Carlberg Filho, Francisco Raitani, Olegário Aires Arruda, Maria de Lourdes Souto Pinto, Octário Cruz e Nilza Guimarães. Muitos são os colaboradores encarnados que se doam incansavelmente a essa atividade de propagar os ensinamentos de Jesus aos homens, bem como a prática da caridade aos necessitados tornando-se impossível citá-los nesse momento, afim de se evitar possíveis omissões. Entidades como a "Federação Espírita do Paraná", que desenvolvem um belo, importante e principalmente gratificante trabalho, merecem todo o nosso respeito e consideração, motivo pelo qual entendemos ser meritória essa homenagem por meio deste Voto de Louvor, extensivo aos demais Pares desta Colenda Casa de Leis.

Consignando-se o reconhecimento de todos nós cumprimentamos à Diretoria da Federação Espírita do Paraná neste centenário de sua fundação, em nome de todas as pessoas que de alguma forma contribuíram e ainda contribuem para a grandiosidade desse trabalho, desejando-lhes muito sucesso na continuidade da difusão da Boa Nova de Jesus em terras paranaenses!

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 665/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - As cinco empresas classificadas na faixa "A", cujo faturamento anual não ultrapassa a

R\$66.858,00 (sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), ficarão isentas do pagamento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços; o ICMS.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor a partir da data da sua publicação, estando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

### JUSTIFICATIVA:

Atualmente, em torno de 70.000 micro empresas classificadas na faixa "A" pagam mensalmente o valor fixo de R\$37,54 (trinta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) por mês, e sua exclusão não viria a construir perda significativa de receita ao Estado, uma vez que o custo operacional da manutenção cadastral, cobrança e outros procedimentos decorrentes são no mínimo equivalentes ao arrecadado.

Outros fatores que fundamentam a adoção de tal medida, através da aprovação do presente projeto de lei, são os seguintes:

a) O incentivo aos micro empresários atuais, pois estes estariam reinvestindo no negócio, gerando novos postos de trabalho, ou mantendo os atuais;

b) O incentivo ao surgimento de novas micro empresas, gerando novos empregos e contribuindo para a redução do custo social decorrente do desemprego.

Ressalte-se que a isenção proposta no presente projeto não contraria a lei de responsabilidade fiscal, uma vez que existem convênios com os Estados, liberando aos executivos a faculdade de isentar ou não as micro empresas classificadas na faixa "A" do pagamento do ICMS.

PROJETO DE LEI Nº 666/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Indigenista (Assindi) com sede e foro no município de Maringá/PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### JUSTIFICATIVA:

A Associação Indigenista (Assindi), fundada em 23 de março de 2001, no município de Maringá/PR., é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e sem qualquer distinção racial, econômica, política, social, religiosa ou cultural, com foro e sede na Avenida Brasil, 3772, 5º andar, sala 52-2 - CEP 87.013-923.

O principal objetivo da referida entidade é propiciar melhor qualidade de vida para as comunidades indígenas, através de elaboração de projetos, convênios e parcerias com instituições públicas e particulares munici-

pais, estaduais, federais e internacionais; humanizar a estada dos índios nas cidades, assessorando-os; combater a discriminação, exploração e subalternidade, organizar, acompanhar ou apoiar programas, iniciativas, movimentos ou outras atividades que possibilitem ao índio exercer direitos previstos em lei; acompanhar e defender a demarcação dos territórios indígenas.

PROJETO DE LEI Nº 667/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Diamante do Norte, os lotes situados no perímetro urbano daquele município, de nºs 24, com área de 512,50m<sup>2</sup> e parte do lote nº 23, com área de 307,50m<sup>2</sup>, ambos da Quadra 31, conforme o que consta nas Matrículas nº 7.234 e 7.234, do Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

Art. 2º - O imóvel, de que trata o artigo 1º desta lei, será doado ao Município de Diamante do Norte para manter o funcionamento no local da Escola Especial Reviver da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais daquele município, não podendo ter destinação diversa sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de doar imóvel ao Município de Diamante do Norte, para que ali possa continuar funcionando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais daquele município.

A doação vai possibilitar que a entidade possa realizar projetos que serão de grande valia para os alunos e familiares que desfrutem do excelente atendimento da Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Diamante do Norte.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 668/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maria

Helena, com sede no município de Maria Helena e foro no município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maria Helena, com sede no município de Maria Helena e foro no município de Umuarama, entidade sem fins lucrativos, tem realizado maravilhoso trabalho na promoção do atendimento e a defesa dos direitos dos portadores de deficiência da região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 669/2002  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Paranaense dos Estudantes de Direito - APED, com foro nesta comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Estudantes de Direito APED, entidade criada em 11 de agosto de dois mil (11.08.2000), sem fins lucrativos e com finalidade filantrópicas, com sede e foro nesta cidade e comarca de Curitiba, situada atualmente à Rua Oyapock, 84 - bairro Cristo Rei.

Entre seus principais objetivos estão os interesses dos seus associados, procurando manter a luta perene e constante pelas causas da Justiça e dos Direitos, a geração de recursos financeiros para melhor desempenho ao atendimento prestado aos estudantes das faculdades de Direito do Estado do Paraná, proporcionando um melhor aprendizado e uma melhor integração ao "mundo - jurídico", pugnar pela democracia e pelas liberdades fundamentais do ser humano, como prega nossa Carta Magna, apoiar a comunidade carente através de atividades e acompanhamento jurídico adequado às necessidades; promover convênios com entidades ou empresas nacionais ou estrangeiras; pleitear a concessão de bolsas de estudos dentre seus membros entre outros.

A Associação Paranaense dos Estudantes de direito APED por meio de sua diretoria, vem, cumprindo fielmente seus estatutos para as finalidades para que foi criado.

## PROJETO DE LEI Nº 670/2002

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum, com foro nesta comarca de Palmeira deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.2002

(a) CESAR SELEME

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum, entidade criada em 14 de abril de 1988, sem fins lucrativos e sim filantrópicos, vem desenvolvendo, com a sua diretoria atual, excelente trabalho direcionado ao bem estar dos seus associados e suas respectivas famílias.

Entre seus principais objetivos estão os interessados comunitários, proporcionando aos associados atividades culturais, recreativas e esportivas; a manutenção do museu afim de resguardar a história da Colônia de Witmarsum; promover o ensino básico de 1º e 2º graus, e pré-escolar, proporcionar o atendimento médico ambulatorial e hospitalar, bem como o farmacêutico; proporcionar o atendimento odontológico; realizar convênios, contratos ou outras modalidades de associações ou integrações, afim de alcançar objetivos sociais; incentivar a cultura dos pioneiros e ancestrais, incluindo língua, costumes, suas tradições e outros valores culturais e enfim promover assentamentos e reassentamentos de sócios e de filhos de sócios.

A Associação Comunitária dos Moradores Proprietários de Witmarsum, por meio de sua diretoria, vem, cumprindo fielmente seus estatutos para as finalidades para que foi criado.

## PROJETO DE LEI Nº 671/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - O contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, que comprovar estar sendo prejudicado na livre concorrência no mercado nacional, diante de produtos importados em condições tributárias ou financeiras relativas ao ICMS mais favoráveis do que as vigentes para as operações com seus produtos agroindustriais produzidos no Estado, poderá obter uma compensação, na forma a ser regulamentada pelo Poder Executivo, que lhe permita neutralizar tal vantagem competitiva.

Art. 2º - O contribuinte, individualmente, ou o órgão de classe do setor produtivo que o represente, para obter a compensação referida no artigo 1º desta lei, deverá formalizar o pedido mediante a comprovação da existência de regime jurídico em vigência relativo ao ICMS, quer seja tributário, quer seja financeiro, que lhe dificulte ou impossibilite o acesso ao mercado.

Art. 3º - A compensação será autorizada, por despacho do Secretário de Estado da Fazenda, nos casos efetivamente comprovados nos termos do artigo anterior, para cada estabelecimento, individualmente, de forma a compensar apenas as diferenças necessárias a neutralizar as vantagens obtidas na comercialização do produto importado do exterior.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) DURVAL AMARAL

## Apoioamento:

Nelson Tureck, Ademar Traiano, Hidekazu Takayama, Luiz Carlos Alborghetti e Cesar Seleme.

## JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei busca solucionar, através de uma nova ótica normativa, algumas questões tributárias, de há muito conhecidas, existentes no âmbito do sistema tributário do ICMS, que por vezes cria empecilhos à comercialização de produtos industriais paranaenses no mercado de outros Estados, principalmente em decorrência de condições mais favoráveis conhecidas a produtos oriundos do exterior, como vem ocorrendo, por exemplo, com a questão da farinha de trigo importada.

Desde a vigência do Tratado do Mercosul, os empresários argentinos foram beneficiados, no setor agrícola, com o privilégio de fornecer ao Brasil farinha de trigo com a menor alíquota de ICMS vigente, ou seja 7% (sete por cento), como ocorre com os produtos da cesta básica, quando os próprios moinhos brasileiros praticam 12% (doze por cento) nas operações interestaduais.

A alíquota de 7% (sete por cento) de ICMS vigora em todos os Estados do Sul e Sudeste do Brasil, razão pela qual a farinha de trigo Argentina também está sujeita a esse percentual de incidência do ICMS em qualquer ponto de entrada no Brasil.

Não é difícil imaginar o grave problema criado com a importação desenfreada de farinha de trigo. Na forma como vem sendo efetuada prejudica, e muito, não só o setor moageiro nacional e por consequência o segmento da produção tritícola, mas a economia do Estado e sua arrecadação tributária.

Na verdade não só a economia paranaense é prejudicada, mas a de todos os Estados produtores de trigo e a do país, que durante anos vêm lutando na busca pelo aumento da produção nacional de trigo para deixar de consumir divisas com a importação desse produto.

Ocorre que solucionar esse problema contraria interesses de grande parte das unidades federadas, que vem agindo com os olhos voltados apenas para as suas receitas tributárias imediatas desconsiderando os interesses maiores do país que é atingir a auto-suficiência na produção de trigo e deixar de importar, não só o grão, mas principalmente a farinha.

Na prática, nos Estados onde não existe unidade moageira com capacidade para atender o mercado local, há uma preferência pela farinha importada, porquanto a farinha nacional ingressa em seus territórios com carga fiscal de ICMS de sete ou de doze por cento, valores esses arrecadados pelo Estado de origem do produto, em contrapartida da farinha importada que ingressa sem nenhuma carga fiscal, gerando todo o tributo no Estado consumidor. Nas operações com a farinha nacional o Estado de destino recebe apenas a diferença entre o imposto devido na operação interna e o que foi pago na operação anterior, sendo obrigado a reconhecer como crédito o valor do imposto pago a outros Estados.

É certo, no entanto, que esse Estados vêm dificultando a adoção de soluções que possam resolver esse problema de modo a proteger as indústrias e os produtores de trigo brasileiros.

Alguns Estados, como o Paraná, entenderam a gravidade do problema e adotaram mecanismos unilaterais para tentar obter a necessária neutralidade tributária do ICMS, desencadeando reações e medidas judiciais por parte de outras unidades da federação, as quais não vem permitindo às empresas operarem com a necessária segurança jurídica na prática de seus atos de comércio e nem à Fazenda Pública do Estado oferecê-la aos seus contribuintes.

É para solucionar questões como estas, que não se restringe apenas ao setor moageiro de trigo, mas sim a uma gama maior de setores da agroindústria paranaense, que estamos propondo o presente projeto de lei para exame e discussão nesta Casa de Leis.

Nele fica claro que o mecanismo jurídico só será utilizado nos casos em que os produtos paranaenses estejam sendo prejudicados na livre concorrência no mercado nacional diante de produtos importados do exterior em função de desigualdades tributárias. Não se trata portanto de concessão unilateral de benefícios fiscais, mas sim de medida de proteção à indústria local, quanto a conjunturas tributárias ou financeiras que as retirem ou lhes dificultem o acesso ao mercado nacional.

Além disso o mecanismo compensatório só será autorizado diante da comprovação de regime jurídico, vigente em outros Estados que permitam aos contribuintes lá instalados usufruírem condições mais favoráveis de acesso ao mercado do que as vigentes para os produtos paranaenses.

A autorização, caso a caso, por despacho da autoridade administrativa, como constante do projeto de lei, é o mecanismo mais ágil e adequado à implementação e controle da autorização legal.

É portanto relevante que essa matéria seja discutida para que fique claro que as empresas paranaenses não estão sendo beneficiadas por nenhum favor fiscal que lhes dê vantagem competitiva no mercado nacional e que o Estado do Paraná não vem promovendo nenhuma guerra fiscal no sentido de ganhar mercado por vias ilícitas, mas sim, de que existem problemas localizados em alguns segmentos importantes da economia local na estrutura da sistemática de cobrança do ICMS que podem vir a inviabilizar a nossa agroindústria.

Como se pode ver, a questão tributária do ICMS, a exemplo do que ocorre com a farinha de trigo é extremamente delicada e complexa e está a exigir uma séria reflexão das autoridades competentes, e temos certeza de que o apoio desta Casa de Leis não nos faltará neste momento, como não nos faltou em ocasiões anteriores, evitando-se com isso prejuízos ao Estado e ao país.

#### PROJETO DE LEI Nº 672/2002

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Chama Crioula, com sede e foro no município de Toledo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) DUÍLIO GENARI

#### JUSTIFICATIVA:

O Centro de Tradições Gaúchas “Chama Crioula”, foi fundado em 09/01/95, em consequência da fusão dos CTG’s “Querência das Tradições” e “Rancho da Amizade”.

É uma instituição cultural, sociedade civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que tem por objetivo principal cultivar e difundir a história, o folclore e as tradições do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A documentação que anexamos a presente proposição comprova o preenchimento dos requisitos exigidos pela lei que regulamenta a matéria, razão pela qual solicitamos aos nobres pares o seu apoio e conseqüente aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 673/2002

A Assembléia legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a situação funcional dos Professores e Especialistas de Educação da rede Estadual de Ensino, cujos empregos foram transformados em cargos públicos, nos termos do artigo 70 da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

Art. 2º - Os Professores e Especialistas de Educação da Rede Pública Estadual de Ensino referidos no artigo anterior, cuja contratação inicial junto à Secretaria de Estado da Educação se deu em data posterior a 05 de outubro de 1988, terão o tempo de serviço, cuja contribuição previdenciária se deu para a Previdência Estadual, contado em dobro para efeitos de valoração de títulos nos próximos concursos de ingresso para o Quadro Próprio do Magistério.

Art. 3º - Os servidores nominados no artigo 1º da presente lei, cuja condição funcional seja a de estatutário do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo ou do Quadro Próprio do Magistério, em caso de aprovação em concurso público para ingresso no Quadro Próprio do Magistério, conquanto o ingresso se dê mediante a exoneração do cargo anterior, fica assegurada a integralidade e irredutibilidade da remuneração, considerados como tais o básico acrescido de promoções diagonais e verticais e de adicionais por tempo de serviço.

Art. 4º - Para efeito do previsto no artigo 3º, fica instituída a Parcela de Complementação Salarial, que corresponderá à diferença, se houver, existente entre os vencimentos recebidos pelo servidor na condição funcional em que se achava anteriormente ao concurso, e aos valores a serem pagos em caráter inicial para cargo em que vier a ser provido em decorrência da aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos.

§ 1º - Somente fará jus à percepção da referida Parcela de Complementação Salarial o Professor ou o Especialista de Educação que, para assumir o novo cargo, tenha sido exonerado do cargo anterior.

§ 2º - Os valores correspondentes à Parcela de Complementação Salarial serão reduzidos gradualmente até sua completa extinção, o que se dará até que atinja o Professor ou Especialista de Educação a mesma condição funcional e financeira em que se achava no cargo anteriormente ocupado.

§ 3º - Sobre a Parcela de Complementação Salarial incidirão os descontos previdenciários estabelecidos em Lei.

Art. 5º - Os Professores de Educação da Rede Pública Estadual, os quais esta Lei dispõe, estando contribuindo com a previdência estadual desde 21.12.92, caso já tenham implementado ou tão logo venham a implementar as condições necessárias a tanto, fica assegurado o direito à imediata aposentadoria no cargo em que vier a ser provido, independente de quaisquer outras condições temporais.

Parágrafo Único 0- Ao implementar as condições necessárias à aposentadoria, não tendo na ocasião havido a extinção tratada no § 2º do artigo 4º, fica assegurado ao Professor ou Especialista de Educação a incorporação da Parcela de Complementação Salarial aos proventos.

Art. 6º - Os servidores, os quais, se aplica a presente Lei, que se encontrem impedidos de prestar concurso público, seja por condições de saúde ou idade, atendendo aos princípios de isonomia e equidade, terão validados os enquadramentos efetivados pela Administração Pública Estadual, de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 75, de 11 de janeiro de 1975.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.10.2002.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

A medida aqui proposta visa regular e beneficiar os Professores e Especialistas de Educação da Rede Pública Estadual de Ensino, cujos empregos foram transformados em cargos públicos nos termos do artigo 70, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992.

A situação funcional desses servidores é bastante complexa, já que a Lei nº 10.219/92, está “sub-júdice”, sendo a sua constitucionalidade questionada pelo Governo do Estado do Paraná.

Contudo, é inquestionável os serviços prestados por estes servidores junto ao Ensino Público. É necessário se faz reconhecer de modo efetivo a grandeza de seus serviços. Um dos modos pelos quais este reconhecimento pode ser feito, é o que ora apresentamos, através deste Projeto de Lei.

Esta proposta visa atingir aproximadamente 10 mil Professores.

Estes citados servidores não conseguem aposentar-se e/ou goza de licença especial, e, em alguns casos já faleceram, porém seus dependentes não recebem nenhuma pensão.

Importante salientar que, existem Estados da Federação como por exemplo Rio Grande do Sul e São Paulo, só para citar dois, que esta situação aconteceu também, porém, já foi regularizada, garantindo aos servidores todos os direitos adquiridos.

Diante disso esperamos contar com o devido apoio dos nobres parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa Mensagem nº 047/2002, subscrita pelo senhor governador do Estado constante do expediente, informando sua escolha para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beral-  
din, constante do expediente. Necessita de apoio-  
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana  
Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoia-  
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do  
deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Nec-  
essitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei nº de 02 (dois) de autoria do depu-  
tado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam  
de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Durval Ama-  
ral, devidamente apoiado, constante do expediente. **À  
Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Duílio  
Genari, constante do expediente. Necessita de apoia-  
mento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Elio Rusch,  
constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoi-  
ado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constantes da  
Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores  
deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 117/2002 de  
autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de  
Utilidade Pública Estadual a Igreja Presbiteriana de Jatai-  
zinho, com sede no município de Jataizinho e foro no  
município de Uraí. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 117/2002  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a  
Igreja Presbiteriana de Jataizinho, com sede no município  
de Jataizinho e foro no município de Uraí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, em 14.05.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 129/2002 de auto-  
ria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade  
Pública Estadual o Centro de Reintegração Unidos com  
Cristo - CRUC, com sede e foro no município de  
Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/2002 de  
autoria do deputado Basílio Zanusso, que declara de  
Utilidade Pública a Associação de Moradores do Con-  
junto Habitacional Francisco Consalter, com sede e  
foro no município de Jaguapitã-PR. COM PARACER  
FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por  
artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/2002 de auto-  
ria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade  
Pública a Associação Comunitária São Sebastião do  
Rodeio, com sede no município de Novo Itacolomi e foro  
no município de Apucarana-PR. COM PARACER  
FAVORÁVEL DA CCJ COM SUBSTITUTIVO GERAL  
DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/2002 de auto-  
ria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade  
Pública a Casa da Solidariedade Rafaele, com sede e foro  
no município de Guaratuba. COM PARACER FAVORÁ-  
VEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 542/2002 de auto-  
ria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utili-  
dade Pública a Associação Positiva Aliança Pela Vida,  
com sede e foro no município de Cianorte. COM PARA-  
CER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por  
artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2002 de auto-  
ria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de  
Utilidade Pública a Associação Estudantil Marianense -  
AME, com sede e foro no município de Santa Mariana.  
COM PARACER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado,  
artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/2002 de auto-  
ria do deputado Basílio Zanusso, que declara de Utili-  
dade Pública Estadual a Santa Casa de Misericórdia  
Nossa Senhora das Graças, com sede e foro no município  
de Mova Esperança-PR. COM PARACER FAVORÁVEL  
DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 612/2002 de auto-  
ria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utili-  
dade Pública a Associação Distrital de Alto Alegre -  
DAAL, com sede e foro em Colorado-PR. COM PARA-  
CER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por  
artigo.**



**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 617/2002 de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Representantes dos Produtores e Colhedores de Laranja do Noroeste do Paraná - Projeto Suco Justo Arproclan, com sede e foro no município de Paranavaí. COM PARACER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/2002 de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social, com sede e foro no município de Siqueira Campos. COM PARACER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 328/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Voluntários "Por Amor A Iguaçu", com sede no município de Iguaçu e foro no município de Astorga-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/2002, de 15/05/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 328/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Voluntários "Por Amor A Iguaçu", com sede no município de Iguaçu e foro no município de Astorga.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa. É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 328/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Voluntários "Por Amor A Iguaçu", com sede no município de Iguaçu e foro no município de Astorga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 546/2002, de autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Vida - Aprovi, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2002, de 06/08/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 546/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Vida com sede e foro no município de Foz do Iguaçu

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 596/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2002, de 02/09/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 596/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa. É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 596/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa

Maria do Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e fofo no município de Pitanga

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Judô Kaikan, com sede e foro em Cascavel-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2002, de 02/09/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 597/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Judô Kaikan, com sede e foro em Cascavel-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 598/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Crencri - Centro de Recuperação Novas de Cristo, com sede e foro no município de Londrina, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2002, de 02/09/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 598/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Crencri - Centro de Recuperação Novas de Cristo, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/2002, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social - Amas, com sede e foro no município de Bandeirantes, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2002, de 02/09/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 599/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social - Amas, com sede e foro no município de Bandeirantes.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 600/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Assistência Social de Abatiá - Acasa, com sede e foro no município de Abatiá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2002, de 02/09/2002).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 600/2002

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Assistência Social de Abatiá - Acasa, com sede no município de Abatiá e foro no município de Ribeirão do Pinhal.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa. É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 600/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Assistência Social de Abatiá, com sede no município de Abatiá e foro no município de Ribeirão do Pinhal

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Antonio Carlos Belinati e Marcos Isfer.

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/2002, de autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, com sede e foro no município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2002, de 02/09/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 603/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, com sede e foro no município de Loanda

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2002, de 09/09/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 623/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública a Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 21**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 633/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Conjunto Antilhas, Novo Mundo e Cidade Nova - Amanci, com sede e foro no município e Comarca de Campo Mourão-PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2002, de 16/09/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 633/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Antilhas, Novo Mundo e Cidade Nova - Amanci, com sede e foro no município e Comarca de Campo Mourão-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

**ITEM 22**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 645/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luiz Antonio Amatzuzi de Pinho, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2002, de 23/09/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 645/2002

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola

Municipal Luiz Antonio Amatuzzi de Pinho, com sede no município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/2002, de autoria do deputado Edson Praczyk e Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Paciente com Doença Renal, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2002, de 23.09.2002).**

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 646/2002

## P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria dos senhores deputados Edson Praczyk e Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Paciente com doença Renal, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário que faça a leitura da mensagem do governador.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)

Lê a Mensagem.

(A Mensagem encontra-se no Expediente lido).

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminha-se à CCJ.

Pela ordem, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de fazer o registro no dia de hoje que consagrou-se vencedor das eleições de segundo turno o Luiz Inácio Lula da Silva.

É entendimento do nosso partido, não falo em nome da presidência, mas como toda a população brasileira percebeu durante esse primeiro e do segundo turno, de que o nosso partido vai fazer um governo a partir do dia 1 de janeiro que transcende às questões políticas partidárias do nosso país.

O governo do PT deverá procurar ser constituído, tanto no Congresso Nacional quanto na sociedade, de um governo que possa unir os brasileiros em torno de um projeto para o Brasil. Um projeto que prioriza geração de emprego e as questões sociais do nosso país.

A questão do emprego todos sabemos: se não investirmos na nossa produção, não vamos conseguir gerar o emprego necessário para os onze milhões de desempregados do nosso País.

Em segundo lugar, aqui no Estado do Paraná, o nosso partido PT disputou em primeiro turno as eleições com o nosso candidato Padre Roque, no segundo turno, o PT apoiou a candidatura de Roberto Requião, por duas questões básicas: uma é questão política, o senador Roberto Requião foi candidato em 1998, disputou com o atual governador Jaime Lerner e naquela época o PT estava aliado com o senador Roberto Requião, e o Lula também tinha sido candidato à Presidência da República e aqui no Paraná o PMDB apoiou a sua candidatura.

Neste ano, todos nós sabemos e o povo do Paraná sabe que o senador, desde o primeiro momento, colocou a sua candidatura emprestando apoio político à candidatura do Lula.

Mais do que essa questão política, a semelhança do ponto de vista de como entender o Estado, de como resolver alguns problemas do povo paranaense, fizeram com que o PT e o PMDB se juntassem no segundo turno e na data de ontem, saiu-se vencedor Roberto Requião, candidato do PMDB.

Não falo em nome do PMDB, mas falo em nome do PT. Gostaria de parabenizar todos os companheiros, deputados dos outros partidos que estiveram ou no primeiro turno com a candidatura do Beto Richa ou no segundo com a candidatura do Álvaro Dias.

É do entendimento do nosso partido, que neste momento, diante dos problemas que o Paraná vai enfrentar e que o Brasil deve enfrentar, que devemos fazer um amplo governo que possa unir todas as forças políticas da sociedade para construir um Paraná melhor, um Brasil melhor.

A minha saudação aos companheiros que estiveram no primeiro turno com a candidatura do Beto Richa e no segundo com a candidatura do Senador Álvaro Dias.

Em terceiro lugar, trago uma observação à Mesa Executiva da Assembléia:

No final do primeiro turno, a questão de dez dias que a Assembléia parou os seus trabalhos por causa das eleições, nós discutimos um projeto aqui que diz respeito à minha cidade, Paranaguá. Esse projeto de iniciativa do deputado Nelson Justus, tramitou em regime de urgência

e nós solicitamos algumas informações do Porto de Paranaguá. Uma semana o projeto ficou sem votação.

Acontece, senhor presidente, que o presente projeto autorizava o Governo a fazer troca de um terreno do Porto de Paranaguá por um de uma empresa, que é uma empresa conhecida que trabalha na cidade de Paranaguá, chamada Cataline. No entanto, chegou uma documentação a mim, já de um ano atrás, de outra da cidade de Paranaguá que tinha interesse na área do Porto e solicitava informações da administração portuária se ia fazer licitação, porque ela tinha interesse em participar de uma licitação para o desenvolvimento dos seus empreendimentos comerciais na orla marítima de Paranaguá.

Quando nós interrompemos por uma semana, o diretor do Porto, que aliás esteve aqui na Assembléia Legislativa, não nos notificou de qualquer interesse de outra empresa. Se a Assembléia soubesse que havia outras empresas e não apenas a Cataline envolvidas, acho que iria se procurar um entendimento entre as necessidades da administração do Porto e os empreendimentos comerciais que lá labutam há muitos anos.

A observação que faço, amanhã vou trazer toda essa documentação aqui para a Assembléia, é que fique registrado no dia de hoje e acho que seria bom que o Governo do Estado não desse finalidade ao processo de transferência da área, porque ainda não foi feito e porque ainda há interesse, há comunicação oficial das empresas para o presidente, o superintendente do porto, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, do interesse de uma outra empresa

E quando uma autoridade pública percebe na sua área que há outros interesses, a boa lógica do direito manda que se faça um processo de licitação. O estado pode ganhar do ponto de vista de troca, de permuta ou até peculiarmente, em relação a esse processo.

Então, a minha solicitação, e vou fazer por escrito, é de que a Assembléia Legislativa, a Comissão Executiva, acho que nós poderíamos entrar em entendimento, para que momentaneamente, ficasse suspensa a permuta entre uma área do porto com uma empresa lá de Paranaguá. Porque há interesses que estão sendo feridos neste processo.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado!

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, pela ordem, ainda em tempo.

Senhor presidente, requeiro de V. Exa. o trâmite do processo que se referiu o deputado Ângelo Vanhoni, o processo, o projeto e depois a lei, o trâmite de tudo. Como passou nas Comissões Internas da Casa, a avaliação que a Casa fez, porque temos as mesmas informações que o deputado Ângelo Vanhoni tem, que este projeto é lesivo ao interesse público.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Determino ao nosso assessor que providencie e encaminhe a V. Exa..

#### O SR. MARCOS ISFER

Pela ordem, senhor presidente!

Apenas para comunicar à Casa a presença dos nossos futuros colegas, deputado Valdir Leite, de Paranaguá, eleito pelo PPS; deputada Arlete Carames, do PPS de Curitiba, e deputado Fernando Giacobbo, do PPS de Cascavel, eleito deputado federal, que se encontram conosco nesta tarde.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nossas boas-vindas aos nossos colegas nesta tarde, e ao deputado federal, Giacobbo.

Deputado Waldyr Pugliesi com a palavra.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Caminho na mesma direção do pronunciamento, na sua parte inicial, do deputado Ângelo Vanhoni.

Acho que ontem nós vivemos um momento de grande importância na história do Brasil, porque pela primeira vez temos uma real possibilidade de fazer a transformação da sociedade brasileira, com eleição de um torneiro mecânico, alguém que veio lá das classes trabalhadoras, fez essa caminhada de decência ao longo de toda sua vida e chega à presidência da República.

Nunca devemos deixar de acreditar na sociedade, no povo, porque quando menos se espera, muitas vezes o povo vem com a sua sabedoria e derrota as elites que, ao longo desses 500 anos, não souberam resolver os problemas que temos aqui no Brasil.

Fiquei muito contente com a eleição do companheiro Lula, porque apesar de ser o fundador do MDB e do PMDB, em todas as vezes eu votei no Lula para a presidência da República.

Estou pessoalmente, muito contente com a eleição, porque acredito que ele vai fazer um Governo que será bom para toda a sociedade brasileira.

Não poderia deixar também de dizer aqui, da satisfação do meu partido, dos partidos que estiveram conosco nessa eleição que também foi um divisor de águas aqui no Estado do Paraná.

Quero antes de mais nada, dizer o seguinte: que tanto o presidente Fernando Henrique Cardoso, com a colocação que fez do seu governo, para que possa ter os contatos mais constantes e profundos com aqueles que ganharam a eleição, na realidade é uma aula de democracia. Até acho, senhor presidente, que o candidato José Serra se perdeu em quase toda a campanha, porque ele queria esconder a participação que ele teve no Governo Fernando Henrique.

Olha, eu sou um crítico permanente do neoliberalismo.

Mas, o presidente Fernando Henrique Cardoso, durante todos esses anos não praticou nenhum ato arbitrário, respeitou a imprensa, foi um democrata, é um homem que não discriminou nenhum partido político, ele teve a sua parte, ele teve o seu partido, mas ele não exe-

crou ou adversários. E aqui também, senhor presidente, neste momento, o candidato vitorioso, Roberto Requião, deve estar no Palácio Iguazu fazendo uma visita ao governador Lerner e de maneira educada, urbana, estão conversando para que possamos fazer também aqui no Paraná uma transição, a mais correta possível, e isso é bom, porque nós, que ganhamos as eleições para o Governo do Estado, estamos em conflito total com aqueles que estão governando. Nós abominamos o neoliberalismo, nós fazemos a eleição preferencial para os pobres, para os micro empresários, para a agricultura familiar, nós temos uma ideologia a mostrar o nosso rumo e infelizmente os que estão governando o Paraná têm o direito, porque eles ganharam as eleições, de governar da maneira que eles bem entendem, mas nós discordamos dessa maneira e queremos fazer a transposição.

E o interessante que nós gostaríamos de registrar aqui é o seguinte: a sordidez, determinada não sei por quem, acabou aparecendo na campanha, fazendo através de milhões de jornais, de panfletos, as acusações mais incríveis possíveis à família do Requião, à sua própria pessoa e isso é lamentável! Nós estamos no ano de 2002, no século XXI e tem gente ainda que acha que fazer política dessa maneira os levará à vitória. O resultado das urnas demonstrou que não é por aí! Aqueles que mentiram foram punidos pelo voto nessa oportunidade.

O que eu quero dizer é o seguinte: espero que nas próximas eleições o nível da campanha, e isso não impõe que ninguém critique o adversário, mas que o nível da campanha possa ser melhor ainda do que aquele que foi nessa campanha, porque tem muita sujeira que deveria ser varrida definitivamente da política. E o que é interessante e eu quero registrar aqui é o seguinte: o candidato que desune, como diziam os nossos adversários em relação ao Requião, na realidade foi aquele que fez a grande união do povo do Paraná. Ele conseguiu atrair deputados de todos os partidos, engrandecendo a campanha do PT e do PMDB, vamos dizer assim, no segundo turno. O homem que desagrega, agregou todo mundo trazendo a agricultura, a indústria e o comércio! Aquele que desune trouxe todos os presidentes de partidos, praticamente, para apoiar a sua proposta, a sua campanha, essa luta toda! E os outros, aqueles que agregam, aqueles que unem ficaram isolados e desequilibrados na campanha.

Então quero registrar, porque o que aconteceu na realidade foi isso: uma união de todos os segmentos da sociedade paranaense na direção da candidatura do Requião. Ele está competente como sempre, amadurecido, aprendeu demais com o mandato de senador que desempenhou com eficiência e com competência; um homem que viajou muito pelo mundo, aprendendo com todos e é um homem que está dizendo o seguinte: olha, vamos trabalhar daqui para frente, vamos nos unir em favor do Paraná. Ele está dando uma demonstração, abrindo os seus braços e eu quero aqui cumprimentar os deputados que estiveram em campo contrário: eu sei que

cada um tem o seu partido, cada um de nós tem a sua candidatura.

Então, fica aqui esse registro da grande esperança que nós temos, senhor presidente Hermas Brandão, que definitivamente o Brasil possa encontrar, através de um operário, o caminho que ele está procurando encontrar durante séculos.

Estou cheio de esperanças com o desempenho - que eu sei que vai ser bom - do Lula na presidência da República. E aqui no Paraná, conhecedor que sou da inteligência, da competência do Requião, um homem incorruptível, eu sei que com o apoio de muitos dos que estão aqui ele fará um grande governo em benefício do Paraná e do seu povo.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de anunciarmos os requerimentos, quero anunciar o aniversário do deputado Durval Amaral.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2338, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2339 e 2340, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2342, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2346, de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2349, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2355 a 2360, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é com muita dor, com muita tristeza, que eu quero registrar o falecimento do senhor Nagib Chede. Na verdade, o Nagib foi o grande pioneiro da televisão do Paraná, uma história extraordinária de um homem que veio da cidade de Palmeira. Veio para Curitiba, fundou a Rádio Sociedade Emissora Paranaense, a Rádio Curitiba e depois montou a TV Paranaense - Canal 12, no último andar do Edifício Tijucas. Nós tivemos o prazer e a felicidade de trabalhar ao seu lado, seu seu funcionário, tanto na emissora de rádio, como na televisão.

Lamentamos profundamente o seu passamento que se verificou na última sexta-feira.

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria comunicar à Casa que o nosso candidato a governador de Roraima, do nosso partido, meu, do Belinati, e do Luiz Carlos Martins, o

deputado Marion Portella se elegeu governador, senhor presidente, pelo nosso Partido Social Liberal. Eu gostaria de comunicar à Casa que ficarei uma semana ausente, atendendo o convite do governador eleito de Roraima.

Era esse o comunicado que realmente enaltece o nosso partido. E ainda na eleição do Paraná, o nosso partido ficou neutro, mas nós participamos como V. Exa. de mais uma vitória com a eleição de Roberto Requião.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 334 e 617/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 328, 546, 596, 597, 598, 599, 600, 603, 623, 633, 645 e 646/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 561/2001, 607, 611, 616, 556/2002 e do Projeto de Resolução nº 022/2002.

Levanta-se a Sessão.